

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA

ELISA BARRETO DE ALBUQUERQUE REIS

NIUSA JAILINNE DE OLIVEIRA SILVA

RHAMONE KELEM DA COSTA SILVA

TALITA LOBO DE SIQUEIRA LOPES

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: OBSERVAÇÃO, ANÁLISE E PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO PARA UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

ANÁPOLIS – GO

2018

ELISA BARRETO DE ALBUQUERQUE REIS

NIUSA JAILINNE DE OLIVEIRA SILVA

RHAMONE KELEM DA COSTA SILVA

TALITA LOBO DE SIQUEIRA LOPES

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: OBSERVAÇÃO, ANÁLISE E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

Relatório de Diagnóstico Psicopedagógico Institucional, apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, sob a orientação da Professora Esp. Carla Emanuelle Souza da Rocha.

ANÁPOLIS – GO

2018

ELISA BARRETO DE ALBUQUERQUE REIS

NIUSA JAILINNE DE OLIVEIRA SILVA

RHAMONE KELEM DA COSTA SILVA

TALITA LOBO DE SIQUEIRA LOPES

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL: OBSERVAÇÃO, ANÁLISE E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA UMA ESCOLA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

Relatório de Diagnóstico Psicopedagógico Institucional, apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica, sob a orientação da Professora Esp. Carla Emanuelle Souza da Rocha.

DATA DE APROVAÇÃO: _____

BANCA EXAMINADORA

PROFA. ARACELLY RODRIGUES LOURES RANGEL

PROFA. CARLA EMANUELLE SOUZA DA ROCHA

PROFA. MARISA ROVEDA

RESUMO

O presente trabalho buscou através de pesquisa descritiva de cunho qualitativo e quantitativo refletir sobre a importância do psicopedagogo no ambiente escolar, os problemas acarretados na aprendizagem e as intervenções. Desta forma, o mesmo consistiu em retratar a experiência do Estágio Supervisionado, que foi realizado em uma escola privada com estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, utilizando-se de observações na instituição, análise das causas dos problemas e possíveis soluções. Como instrumentos, foram utilizadas pesquisas bibliográficas em artigos, periódicos e livros pertinentes ao assunto, bem como análise da documentação escolar da referida instituição. Na pesquisa de campo, foram utilizados relatórios da observação da rotina institucional e relacionamentos interpessoais dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. A partir dos resultados, algumas intervenções foram sugeridas para contribuir com a melhoria da qualidade educacional levando em consideração a família como base importante para a aprendizagem. Foi de suma importância mencionar a relevância do trabalho do psicopedagogo e sua função nas instituições de ensino, de modo a auxiliar a comunidade escolar nas reduções das dificuldades de aprendizagem, resultando em uma melhoria na qualidade educacional e diminuição do fracasso escolar.

Palavras – chaves: Psicopedagogia Institucional. Aprendizagem. Escola.

ABSTRACT

The present paper developed a qualitative and quantitative descriptive research in order to reflect on the importance of psychopedagogues in the school environment, the problems involved in learning and proper interventions. Thus, it consists of portraying the experience of a Supervised Internship, which was carried out in a private school which assists students from kindergarten through elementary school, by observing the institution, analyzing the causes of problems and possible solutions. As instruments, bibliographical researches in articles, periodicals and books pertinent to the subject were used, as well as analysis of the school documentation. In the field research, observation reports about the institutional routine and interpersonal relationships of those involved in the teaching and learning process were relevant. Based on the results, this group of study recommends that some interventions are made to contribute to the improvement of educational quality, taking into consideration the family as an important basis for learning. Also, it is important to highlight the significance of the work of the psychopedagogue and its mission in educational institutions, aiming to assist the school community in the reduction of learning difficulties, resulting in an improvement in educational quality and reduction of school failure.

Keywords: Institutional Psychopedagogy. Learning. School.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	7
3	METODOLOGIA	12
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	12
3.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	12
3.3	CAMPO DE PESQUISA	13
3.4	POPULAÇÃO E AMOSTRA	13
4	MAPEAMENTO INSTITUCIONAL	14
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	14
4.2	ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REGIMENTO INTERNO DA INSTITUIÇÃO.....	16
4.3	OBSERVAÇÕES.....	18
4.3.1	Relatório da observação da instituição no turno matutino	18
4.3.2	Relatório da observação da instituição no turno vespertino	23
4.4	APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ANÁLISE DA QUEIXA: O DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	25
5	INFORME PSICOPEDAGÓGICO	27
6	PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	28
6.1	FALTA DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR.....	28
6.2	A INDISCIPLINA, O DESINTERESSE DOS ALUNOS, CONVERSAS PARALELAS E ALUNOS QUE QUEREM ESCOLHER O QUE FAZER X A FALTA DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES.....	30

6.3 O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS ESPECIAIS OU COM DÉFICIT DE ATENÇÃO E/OU HIPERATIVIDADE.....	32
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE A – Levantamento de queixa.....	35
ANEXO A - Observações da instituição analisada	36
ANEXO B – Análise do ppp e do regimento escolar	37
ANEXO C - Ficha de caracterização da instituição	38
ANEXO VI – Ficha de registro – Estágio supervisionado.....	40

1 INTRODUÇÃO

A escola tem papel fundamental na sociedade, contribuindo de forma significativa para a formação de sujeitos críticos e participativos.

Partindo deste princípio, a Psicopedagogia institucional vem como auxílio e mediação para a busca de melhorias, de modo a acrescentar à construção de uma educação de qualidade dentro das instituições.

Porto (2006, p. 116) destaca que “a psicopedagogia institucional fundamentalmente auxilia o resgate da identidade da instituição como o saber e, portanto, com a possibilidade de aprender. A reflexão sobre o individual e o coletivo traz a possibilidade da tomada de consciência e da inovação por meio da criação de novos espaços de relação coma aprendizagem”.

O presente estudo teve como objetivo principal o conhecimento sobre a atuação do psicopedagogo em instituições, e o levantamento e análise dos resultados obtidos neste estágio supervisionado de observação, tendo como campo uma instituição escolar privada, de pequeno porte, que atende estudantes da educação infantil ao ensino fundamental II, localizada na cidade de Anápolis, Goiás, Brasil.

Para que tal estudo fosse realizado, o grupo visitou a escola campo para conhecimento das atividades escolares, a rotina, estrutura física, a missão e visão, leitura de documentação reguladora, ou seja, seus princípios éticos, estéticos e políticos, e também o levantamento de queixas dos docentes que atuam na instituição, permitindo a este grupo de trabalho identificar o principal causador das dificuldades de aprendizagem dos estudantes da referida instituição, bem como possibilitar a elaboração de sugestão de intervenções psicopedagógicas e ações institucionais a fim de amenizar os problemas descritos, melhorando a qualidade educacional da escola.

Na realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica de alguns autores como Drouet (1995), Porto (2006), Bossa (1994), e Campos (2013), os quais permitiram ao grupo correlacionar e vivenciar a teoria e a prática na área da psicopedagogia institucional.

2 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Embora diversos esforços sejam feitos pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), esta ainda não se constitui como profissão regulamentada em lei. Desta forma, os recursos utilizados para diagnóstico e intervenção, bem como as definições de suas teorias base e campo de atuação encontra-se um pouco subjetiva e controversa, sem um consenso unificador.

Para Porto (2006), a psicopedagogia é uma área de estudo nova, e não se preocupa apenas com os problemas de aprendizagem das crianças, mas vai além, tendo como objeto de atuação a aprendizagem como um todo, independentemente da faixa etária do aprendente, e intervindo também em todos aqueles que compõem o papel de ensinantes neste processo, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino nas escolas.

Apesar de o próprio termo sugerir, psicopedagogia não é a aplicação da psicologia à pedagogia, e tal equívoco, muito comum, é um dos fatores que contribuem para o conflito entre as duas áreas de estudo e atuação, dificultando o reconhecimento legal da psicopedagogia como profissão.

É importante deixar claro que a psicologia dedica-se a investigar e intervir em questões que dizem respeito ao comportamento e à mente dos sujeitos, enquanto a psicopedagogia, com o auxílio de diversas áreas do conhecimento, como a própria psicologia, a pedagogia, a psicanálise, a psicologia genética e a linguística, ocupa-se com a intervenção e a prevenção das questões que dizem respeito aos processos de aprendizagem, integrando saúde, educação e conhecimento.

Segundo Bossa (1994), os problemas de aprendizagem tem origem na constituição do desejo do sujeito. Entretanto, atualmente, as dificuldades de aprendizagem vêm sendo justificadas pela desnutrição e por problemas neurológicos e genéticos.

Desta forma, é muito cômodo atribuir o fracasso escolar a causas biológicas e orgânicas, ao invés de investigar a real causa do problema, o contexto do sujeito, a história, permanecendo na zona de conforto.

Esta dificuldade de aprender pode ter sido causada por traumas de ordem emocional, social, afetivo, entre outros, e até mesmo pela *dispedagogia* do sistema

educacional, ou seja, quando a escola em si é produtora da própria dificuldade de aprendizagem em decorrência de diversos fatores estruturais ou metodológicos.

Assim, a psicopedagogia se define como curativa enquanto clínica e o trabalho clínico do psicopedagogo tem sido um grande laboratório teórico, pois analisa a relação entre o sujeito, sua história pessoal e sua modalidade de aprendizagem. Já a psicopedagogia institucional focaliza no caráter preventivo dos problemas de aprendizagem e, utilizando-se da investigação na instituição em questão, analisa sua dinâmica com todos os sujeitos nela inseridos, detectando os possíveis problemas e intervindo para que a instituição se reestruture.

No campo da psicopedagogia institucional, o psicopedagogo pode atuar em empresas, hospitais e escolas, a fim de prevenir ou intervir em condições adversas na aprendizagem, dando suporte para que os objetivos destas instituições sejam atingidos, mesmo que estes possam ser lucro, saúde e bem estar, ou habilidades e conteúdos programáticos.

Todavia, o psicopedagogo institucional ainda encontra grande resistência social em atuar em meios que sejam externos ao ambiente escolar, e sendo assim, parte dos estudos de caso e teorias disponíveis para nortear as ações do mesmo se restringem e estudar e exemplificar situações inerentes ao espaço escolar.

Ainda sobre o enfoque preventivo, Porto (2006) ressalta algumas possíveis estratégias para atuação do psicopedagogo no ambiente escolar, como a detecção de problemas no processo de ensino e aprendizagem; participação das dinâmicas das relações da comunidade educativa; favorecimento de processos de integração e trocas; realização de orientações metodológicas, considerando as características individuais ou coletivas; e prática de processos de orientação educacional, vocacional e ocupacional.

Infelizmente, grande parte dos professores que lidam com estudantes com dificuldades de aprendizagem tendem a focar somente nas limitações daquele sujeito, tendo muito claro o que ele não consegue fazer ou aprender.

Porém, partindo das teorias *piagetianas*, o psicopedagogo deve orientar este professor no sentido de apostar na capacidade do indivíduo, visando mais às suas qualidades que seus fracassos. Partindo desta premissa, o educador elaborará atividades que valorizem as habilidades que este indivíduo já possui, e este, por sua vez, conseguirá executar as atividades propostas, de modo a elevar sua autoestima e reacender seu desejo e gosto pela aprendizagem.

É necessário que o professor tenha a sensibilidade de, em suas práticas, não reforçar os fracassos daquele ser que tem dificuldades de aprender, mas salientar suas facilidades de aprendizagem para que o interesse em aprender seja mantido. Daí, posteriormente, as dificuldades poderão ser trabalhadas pouco a pouco, de forma minuciosa, sem deter o foco do ensino, mas sendo superadas paralelamente a ele, através da inserção de pequenas intervenções no dia-a-dia daquele sujeito.

O sistema educacional cobra como produto final e em repetidas vezes a alfabetização das educandos, sustentando um sistema opressivo baseado na eficiência e no consumo, e quando este objetivo não é cumprido ou encontra-se atrasado, o professor e a escola podem ter sua credibilidade afetada. Mas é preciso deixar de lado a importância errônea do produto final e focar na jornada que levará o sujeito àquela conquista.

Para que tal finalidade seja alcançada, segundo Drouet (1995) é necessário que a criança tenha diversas capacidades anteriores básicas para aprendizagem, como desenvolvimento da motricidade geral, integração sensório-motora, habilidades perceptivo-motoras, desenvolvimento da linguagem, e habilidades conceituais e sociais.

E completa a mesma autora que é preciso certo grau de relacionamento entre todas essas funções, além da linguagem interior adquirida, para que o sujeito finalmente atinja a escrita e a leitura.

Para Campos (2013), o papel social da psicopedagogia encontra relevo na denúncia às questões sociais e educacionais de nosso País e em uma ação institucional politicamente comprometida e consciente.

Assim também se configura a missão social do pedagogo e da escola em si, que é de assegurar o direito à educação e à cidadania.

Entretanto, devido a diversos fatores sistêmicos, estruturais e psicológicos ou emocionais, o corpo escolar pode deixar de lado esta função social, acomodando-se a uma aprendizagem mecânica e desinteressante. É neste ponto que o psicopedagogo institucional, com uma visão externa ao objeto de intervenção, deve atuar, sendo mediador para que esta escola se reestruture na busca de cumprir sua função social, a fim de dar suporte na redução do fracasso escolar, propondo uma postura crítica e frequente em relação à ação pedagógica e constituída em relações sadias, entre estudantes, professores, corpo administrativo, equipe de apoio, família e comunidade.

Ao adentrar em uma instituição para o trabalho de prevenção, segundo Bossa (1994), o psicopedagogo atuará em três níveis: no primeiro, atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem. No segundo nível, o objetivo é diminuir e tratar problemas de aprendizagem já instalados. E, por fim, no terceiro nível, o objetivo é eliminar os transtornos já instalados, em um procedimento clínico com todas as suas implicações.

A organização desta intervenção em nível institucional tem origem no diagnóstico, por meio da coleta e investigação dos diferentes aspectos institucionais. Também é preciso salientar que para que estes dados coletados tenham valor científico, alguns cuidados devem ser tomados, como minimizar a influência do observador, ou seja, o observador é um elemento externo e se tiver presença pontual no ambiente analisado, não será uma observação do que é real, pois todo fator externo influencia na mudança de comportamento dos sujeitos envolvidos.

Para que esta coleta de dados seja mais eficaz, é recomendado que o fator tempo fosse prolongado e o psicopedagogo permaneça naquele campo, por um período mais longo, de modo que os sujeitos observados se habituem à sua presença e ajam com mais naturalidade nas diversas situações analisadas.

Porto (2006) destaca alguns fatores relevantes a serem observados: interesse no significado do humano e na interação com pessoas em situações e contextos particulares; integração ao aqui e ao agora das situações da vida diária; forma de teoria com ênfase na interpretação e compreensão da existência humana; lógica e processo de pesquisa aberto, flexível, oportuno e que requer constante redefinição do que é problemático, com base em fatos coletados em situações da existência humana; analisar para possível intervenção; desempenho do papel (dos papéis) de um participante que envolve o estabelecimento de relações com as pessoas da área; e o uso da observação direta juntamente com outros métodos de obtenção de informações.

E para que tais objetivos de análise e intervenção psicopedagógicas sejam cumpridas, o psicopedagogo deverá utilizar diversas estratégias, como registro de arquivos, observação, notas de campo, sumários de observações, desenhos associados às anotações de campo, conversas e entrevistas informais, entrevistas gravadas e outras conversas.

Também deve ser incluído na análise e intervenção aquilo que não é dito, isto é, as construções não verbais como expressões faciais e gestos, e o conhecimento tácito, demonstrado pelas ações dos sujeitos.

Em síntese, o psicopedagogo institucional trabalha com múltiplas fontes de dados, com múltiplos tipos de participantes e em várias situações para que produza uma coleta de dados e análise efetiva para guiarem uma intervenção competente.

Após a coleta de dados, o psicopedagogo deve partir para o mapeamento escolar, levando em consideração aquilo que é dito e aquilo que não é dito dentro da instituição em questão. De modo geral, e salientando novamente que o contexto no qual o sujeito está inserido, deve ser considerado dentro da intervenção *psicopedagógica*, esta etapa envolve conhecer a identificação da unidade escolar (endereço, mantenedora, estrutura e natureza dos cursos oferecidos, etc.), a caracterização socioeconômica e cultural daquela comunidade escolar (atividades socioeconômicas, tradições culturais, dificuldades e descrição do dia-a-dia, etc.), a estrutura e organização da escola (recursos humanos, calendário, organização das turmas, recursos físicos, etc.), turnos e horários da escola, recursos físicos e sistema de avaliação.

Posteriormente a esta etapa, o psicopedagogo deverá propor um diálogo a realidade pela qual aquela escola está passando através das informações e dados coletados anteriormente, fundamentado pela teoria e política, para chegar a um diagnóstico.

A partir do diagnóstico, a escola deve elaborar seus objetivos amplos e suas metas quantificadas, que devem ser almejadas por todo corpo escolar.

Finalmente, em conjuntura com a escola, o psicopedagogo deverá mediar a elaboração de uma proposta que aproxime a realidade existente da realidade desejada, por meio de ações concretas como projetos e atualização de professores.

Para que a intervenção seja de fato eficaz, é necessário ouvir o aluno, alvo principal da motivação em aprender. Ouvir, em conclusão, é essencial para que os processos de ensino e aprendizagem transcorram sem maiores problemas, e deve ser exercitado não somente pelo psicopedagogo, mas todos os componentes da unidade escolar.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Buscando contribuir com o cenário da psicopedagogia institucional, este trabalho utilizou-se da pesquisa descritiva, por meio de estudo, análise e interpretação de fatos observados no campo de pesquisa sem a interferência do grupo deste grupo de estudo, bem como a revisão bibliográfica de artigos, periódicos e estudos de caso no tema publicados em livros, revistas científicas e sites, escritos na última década.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como instrumento de pesquisa utilizou-se a observação da estrutura física e dinâmica interpessoal nos diversos ambientes da escola, entrevistas com professores e corpo administrativo, aplicação de questionário a professores e coordenadora pedagógica para obtenção da principal queixa de dificuldade de aprendizagem e análise do Projeto Político Pedagógico e do regimento Escolar.

Para a finalidade de análise qualitativa, o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar, os Pareceres Descritivos dos professores em relação aos estudantes, os Planejamentos de Aula, as entrevistas e a observação de campo serviram como fonte de pesquisa.

A aplicação do questionário em relação à principal causa das dificuldades de aprendizagem atualmente na referida instituição deu amparo à pesquisa quantitativa para obtenção de estatística e detecção das queixas principais que fundamentaram as propostas de intervenção propostas.

3.3 CAMPO DE PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido através de estágio de observação na Escola Sonho Meu, localizada no Bairro Recanto do Sol na cidade de Anápolis – GO. Esta instituição privada atende Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II.

Durante o período de pesquisa, os componentes deste grupo de estudo transitaram pelos diversos ambientes da escola, como pátio, secretaria, biblioteca e salas de aula.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população participante deste estudo foi composta pela observação do corpo estudantil dos turnos matutino e vespertino, abrangendo aproximadamente 700 estudantes, e pela observação e entrevistas com o corpo escolar, formado por cerca de 100 pessoas.

4 MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Criada em 1997, por meio da Resolução Nº 177 de 10 de abril de 1997, a escola privada que serviu como campo de estágio para este trabalho, inicialmente oferecia Jardins I, II, 1ª e 2ª série do Ensino Fundamental. Em 1998 incluiu-se a 3ª série do Ensino Fundamental. A 4ª série passou a ser oferecida apenas em 2001. Atualmente a escola atende berçário, maternal I e II, Jardins I e II, e 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A localização da unidade escolar foi escolhida com base em sua característica e no interesse de seus mantenedores de mudar a realidade social e educacional da região. Nas proximidades encontravam-se farmácias, mercados, posto de saúde, escola estadual e padarias. Atendia alunos do bairro e de outros mais distantes. Os alunos eram filhos de professores, funcionários da escola, comerciantes e empresários, funcionários públicos e privados, principalmente de empresas do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), vendedores e profissionais liberais.

Por ter uma mensalidade considerada acessível, 25% do salário mínimo, a escola atraiu diversas famílias, inclusive de bairros circunvizinhos.

A escola tinha como missão a prioridade no educar e cuidar promovendo assim, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais, considerando a criança como ser completo e indivisível, priorizando uma educação inovadora e significativa.

A instituição visava ser uma escola referência pela qualidade da educação ofertada e reconhecida pelos resultados do ensino aprendizagem. Quanto à inclusão, a escola trabalhava para ofertar um ensino inclusivo, desde que o responsável apresente o laudo. Neste caso, o aluno contava com uma professora de apoio, que planejava e ministrava aulas diferenciadas atendendo cada um de maneira individualizada, dentro da turma correspondente.

O grupo gestor era composto por quatro pessoas e o quadro administrativo por nove. Havia trinta e sete professoras e dezesseis auxiliares de sala, sendo oito professoras licenciadas em disciplinas específicas e vinte e nove pedagogas. Dessas, cinco possuíam pós-graduação nas áreas de atuação. Segundo a

coordenadora, não havia remuneração diferenciada para professores pós-graduados, por isso o baixo índice de professores especialistas.

A escola não fornecia cursos de formação continuada aos seus professores, porém eles eram incentivados a continuar seus estudos com a colaboração da unidade, que atendia as necessidades de ausência ou favorecia horários alternativos para o docente.

Os cursos oferecidos na unidade eram promovidos pelas editoras dos livros didáticos adotados, FTD e Positivo.

A contratação de profissionais partia da análise de currículo, muitos desses já arquivados no banco de dados da instituição e também por indicação de outras unidades ou profissionais. Havia apenas duas professoras que dobravam a carga horária por decisão das mesmas.

O espaço físico da escola era composto por salas de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, disponíveis em dois andares com escada para acesso dos alunos, sala de ballet e judô, uma biblioteca, sala de informática e estudos, uma piscina e uma quadra esportiva, área de recreação no espaço destinado para a Educação Infantil, sendo o mesmo coberto e uma área externa semicoberta para recreação dos alunos do Ensino Fundamental.

A escola possuía ainda, uma cantina, recepção, secretaria e sala de coordenação, e direção. As salas de aula eram bem coloridas e com muitos brinquedos pedagógicos, murais nas paredes com alfabetos, numerais, e desenhos realizados em projetos feitos pelos alunos.

O espaço tinha uma boa higienização das salas e da área externa, a alimentação das crianças era feita com o lanche vindo de casa e também com a alimentação disponibilizada pela escola em uma cantina para venda de lanches.

A arrecadação financeira acontecia por meio das matrículas e mensalidades, e também da comercialização dos lanches e realização de eventos comemorativos.

Segundo a mantenedora, a gestão se dava de forma democrática e a comunidade escolar era bem participativa nos eventos e projetos promovidos pela unidade escolar.

Os pais participavam das atividades da escola como: reuniões de pais e mestres, festas em datas comemorativas e projetos para participação da família.

Segundo foi apontado, durante este ano letivo os principais projetos educativos desenvolvidos pela escola foram: *As Regiões Brasileiras, O cuidado com*

o meio ambiente e O que é ser cidadão. Esses projetos tinham o intuito de contribuir para que o aluno tivesse uma visão ampla de seu papel na sociedade, adquirindo conhecimento profundo das regiões brasileiras e aprendendo a opinar com clareza.

Ainda segundo a coordenadora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) era um documento normativo, participativo e democrático no qual todos tinham voz ativa, podendo ser observado pelo fato de que todas as mudanças eram realizadas considerando a opinião de todos, de maneira flexível, considerando a realidade da unidade e dos alunos.

A unidade tinha uma hierarquia estabelecida. Além do diretor e da coordenadora, duas outras coordenadoras respondiam pela organização pedagógica. Segundo a coordenadora, havia respeito entre a posição de autoridade e seus subordinados.

Em cada Conselho de Classe, professores, equipe gestora e alunos respondiam a uma ficha de avaliação que demonstrava os pontos onde a escola deveria mudar e o que estava indo bem. Nessa avaliação a equipe gestora respondia perguntas acerca dos professores e alunos, e a equipe docente sobre os alunos e a equipe gestora, e o corpo estudantil sobre os professores e a equipe gestora. Essas avaliações eram arquivadas junto à Ata do Conselho.

A avaliação era feita de forma qualitativa e quantitativa, e a recuperação acontecia por meio de reforço e também com o auxílio dos professores.

4.2 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E REGIMENTO INTERNO DA INSTITUIÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da referida escola tinha validade de quatro anos, e conforme relatado em entrevista, era anualmente revisto e adaptado às necessidades apresentadas. O documento atual da escola foi elaborado em 2016, possuindo algumas informações não atualizadas. O mesmo também contava a história de evolução e expansão da unidade escolar, a visão e missão da escola, o critério de escolha do local para instalação da mesma, e os objetivos a curto, médio e longo prazo.

A escola tinha o PPP como um objeto de mudança e de antecipação do futuro. Era através dele que se estabeleciam princípios, diretrizes e apresentava

propostas de ação para organizar, sistematizar, significar e ressignificar as atividades desenvolvidas como um todo.

Em entrevista com a coordenadora, foi informado que o estudo e a reelaboração do PPP acontecia no início de cada ano letivo, com a participação dos professores e equipe pedagógica. Segundo ela, os professores ficavam em média 10 dias dedicados ao PPP, Regimento Escolar e planejamento anual. O processo de avaliação da execução do Projeto era feito pela direção, coordenação, professores e representantes de pais e também representantes de classe, no caso do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

A coordenadora relatou que os principais direcionamentos pautados pelo PPP para a Educação Infantil contemplavam o cuidar, higiene e alimentação, e o aprender brincando.

Para o Ensino Fundamental I priorizava-se o convívio em grupo, a socialização e os conteúdos programados de cada série. Já no Ensino Fundamental II os direcionamentos principais eram o diálogo, a convivência, a aceitação do outro e a não violência.

De acordo com o número de alunos da instituição, os órgãos competentes por regulamentar e autorizar o funcionamento da mesma informaram que seria necessário mais profissionais administrativos e pedagógicos como: auxiliar de secretaria, coordenadores de turno, coordenadores disciplinares, entre outros. Contudo, a equipe gestora informou à Secretaria que isso demandaria aumento da mensalidade e que eles não achavam isso viável para o momento.

A equipe reconhecia que essa falta sobrecarregava os atuais profissionais e que remanejamentos e adaptações eram realizados para manter o bom andamento da unidade.

Existia um acúmulo de função à coordenadora, proveniente da falta de funcionários.

Os coordenadores pedagógicos que respondiam pela educação infantil e outro que responde pelo Ensino Fundamental I e II eram responsáveis pelo acompanhamento dos professores, verificação e acompanhamento da execução do plano de aula, dentro outras funções oriundas do cargo e também executavam atividades como: decoração da unidade, impressão de provas e atividades, entre outros.

O regimento escolar era confeccionado pela secretaria geral, e fiscalizado pela secretária geral do estado e município, e sua funcionalidade era sempre fiscalizada pela diretora.

A instituição escolar tinha como normas principais o regimento interno; o uso de uniforme obrigatório; o cumprimento dos horários; a formação de fila nos pátios as segundas feiras, para informações, formação de boas maneiras e bons hábitos; o uso do cartão de licença para se ausentar da sala; a assinatura diária dos pais nas agendas dos filhos; e a responsabilidade com o material escolar.

Não foi possível obter informações mais aprofundadas sobre o Regimento Escolar porque a Diretora estava ausente da escola na data de estágio e a coordenadora demonstrou resistência em responder às perguntas e oferecer o documento para análise.

4.3 OBSERVAÇÕES

4.3.1 Relatório da observação da instituição no turno matutino

O primeiro dia de estágio foi programado para a segunda-feira do dia 28 de maio de 2018, para o período matutino e todo o grupo estava presente para a entrega da Carta de Apresentação e explicação de qual seria o trabalho na escola. A diretora nos recebeu com entusiasmo, coletou e assinou a Carta de Apresentação e encaminhou o grupo para uma visita técnica à instituição, guiada por ela.

Durante a visita, foi apresentada toda a estrutura física da instituição e os funcionários da escola, porém, a diretora não informava o objetivo do estágio que seria desenvolvido no local. Neste momento, houve a impressão que o ambiente era bastante cordial e que todos estavam contentes no local de trabalho.

A estrutura do local era excelente, com espaços bem delimitados dentro e fora das salas de aula. As salas tinham televisão e eram segmentadas individualmente com cantinhos de leitura, rotina, lazer e banheiro. A instituição contava com biblioteca, espaços verdes e espaços para a prática de esportes. Tudo estava bem limpo e conservado.

Após duas semanas, o grupo retornou ao local para retomar o estágio de observação e desta vez permaneceu no local durante todo o período matutino para acompanhar a rotina completa da escola e transitar entre os diversos ambientes.

Na recepção, pôde-se observar a rotina de entrada das crianças. A entrada e a saída dos alunos aconteciam em horários variados para os alunos do berçário e integral, pois atendem as necessidades dos pais. Os demais entravam em horários determinados pela escola e são recebidos pela diretora ou pela coordenadora, que cumprimentava todos os alunos e pais cordialmente, numa relação afetiva. O mesmo era feito na saída.

Nas segundas-feiras os alunos do Ensino Fundamental II e I, respectivamente, se reuniam na quadra da escola em fila, cada um com sua turma, para cantar o hino nacional, fazer uma oração e conversar sobre o projeto que seria desenvolvido na semana. Na ocasião um aluno poderia fazer uma apresentação artística para os demais. Após esse momento, os alunos eram conduzidos para suas salas.

O grupo pediu então que a diretora o encaminhasse para observação das salas de aula.

A diretora escolheu a sala do Jardim II para a primeira observação, que durou cerca de quarenta minutos. Notou-se que a sala estava disposta em filas, um aluno estava sentado colado ao quadro e a professora estava sozinha no local. A sala tinha em torno de vinte e oito alunos, os quais estavam bastante agitados.

Durante o desenvolvimento das atividades, as crianças não demonstraram autonomia, sempre esperando a vinda da professora para recortar e colar por eles, apesar de haver material suficiente para que cada um executasse a atividade. A mesma também apontava os lápis para os alunos. Duas crianças dormiram em um colchão no chão da sala.

A docente ressaltou durante todo o tempo que os alunos deveriam se comportar porque havia visita na sala de aula e tentou se aproximar do grupo falando a respeito de um concurso que teria para a prefeitura da cidade. Como ela executava todos os passos das atividades para as crianças, elas esperavam muito tempo ociosas e começavam a brincar, andar, alguns tampavam a cabeça com a blusa. A professora referia-se aos estudantes com alguns comentários depreciativos.

A sala aparentemente não tinha rotina pré-estabelecida, não havia explicação clara para as atividades e as mesmas eram entregues de forma ininterrupta com o

intuito de atingir uma produção em papel constante e manter as crianças ocupadas. A professora e algumas alunas observavam o grupo. Uma delas, bem ativa, terminou a atividade e foi ajudar a docente.

Após a Educação Infantil, o grupo partiu para a observação de uma sala de segundo ano do Ensino Fundamental. A coordenadora foi apresentar o grupo e indagou à professora porque um aluno estava sentando onde não devia, questionando se foi a mesma que havia feito tal mudança. Percebeu-se, portanto, diversas interferências dela nas salas de aula dessa e de outras professoras, e neste sentido, inferiu-se que o clima institucional era de autoritarismo, e não autoridade. Outra fala que despertou para este aspecto foi um comentário da zeladora da escola dizendo que naquele local só ela tinha livre arbítrio.

Presenciou-se também a coordenadora chamando a atenção de um aluno que estava usando pulseiras e dizendo que ele deveria guarda-las. A docente ficou irritada com o aluno e o repreendeu com certa agressividade.

Em outra sala, havia uma professora que em nenhum momento em que o grupo estava presente, demonstrou afeto aos estudantes. Duas alunas pediram silêncio porque havia visita na sala. A professora usou música e movimentos para chamar atenção dos alunos e perguntou os nomes das componentes do grupo de trabalho.

A docente comentou que se os alunos não comportassem não iriam ao ensaio. Observou-se que ela enfatiza o erro dos alunos e usava da visita para pedir que as crianças se comportassem.

Ela conversava com os alunos utilizando um vocabulário muito complexo para a faixa etária, e demonstrava estar um pouco confusa em relação à atividade. As crianças tinham dificuldade em interpretar o texto.

A professora pediu para os alunos falarem o que achavam, escutava alguns, mas repreendia outros. Um dos alunos deu seu exemplo, usando a imaginação para criar algo que fazia sentido em relação ao tema. A professora riu e descartou a interpretação.

A próxima sala observada foi uma classe de Maternal II. Havia doze crianças, uma professora e uma auxiliar. Antes de adentrar a sala, ouviu-se a professora bater a mão na mesa. Os alunos estavam no período do café da manhã.

Nessa sala existiam armários antigos, com pintura fria. A professora e a assistente não ficaram confortáveis com a visita, observando as atitudes do grupo.

Durante o lanche, a professora e a assistente comeram do lanche das crianças e ofereceram ao grupo também. Mais tarde a zeladora informou que a assistente não fazia parte da referida sala, e que estava cobrindo as necessidades da escola.

Uma criança chegou atrasada, e estava doente e chorando ao se despedir do pai, mas em momento algum foi demonstrado afeto. A assistente disse que os pais pensavam que elas eram enfermeiras. Essa aluna doente, em todo tempo que o grupo esteve na sala, ficou sentada na mochila, distante dos colegas e das professoras.

A professora chamou os alunos que terminavam o lanche para escovar os dentes, e ligou a TV com um desenho para as crianças se distraírem e esperarem o término da escovação das outras crianças. O local de sentar para ver televisão era frio, fino, e pouco higienizado, e as crianças que sentavam não tinham o que fazer e logo começavam a brincar de luta.

Posteriormente, o local de observação foi o berçário. As salas do berçário eram bem planejadas, amplas, com espaço para a realização da higiene das crianças, banheiro adaptado, copa para preparação das mamadeiras e cozinha onde eram preparadas as refeições. O espaço contava com uma área coberta onde as crianças comiam e brincavam.

As salas possuíam televisores, livros, recursos pedagógicos, jogos, textos e atividades fixadas na parede, berços e cadeiras de balaço para os bebês, cadeiras e mesas na sala dos maiores. As professoras organizavam de maneira efetiva o material pessoal de cada aluno. Não foi possível observar atividades com intencionalidade educativa com as crianças do berçário. Elas brincam, dormem, se alimentam e assistem televisão.

Havia a impressão que o número de colaboradoras era insuficiente para lidar com o número de crianças que ali frequentavam. Os brinquedos coletivos eram antigos e apresentavam desgastes, necessitando de reparos. As refeições eram servidas nos horários estabelecidos pela unidade, e feitas coletivamente em uma mesa bem ampla.

A última sala a ser observada foi a de 1º ano, que tinha em torno de vinte e cinco alunos. A localização da sala não era favorável, pois ficava virada para o pátio onde aconteciam os recreios e devido ao barulho tinha de permanecer com a porta

fechada. Entretanto, notou-se que a sala era bem organizada e as crianças estavam calmas e concentradas na atividade. Havia data, cabeçalho e rotina no quadro.

A professora explicava individualmente as atividades para as crianças e repetia quantas vezes fossem necessárias, demonstrando por meio da afetividade no discurso que havia um vínculo afetivo entre as crianças e ela.

Uma criança era muito prestativa e sempre que um colega tinha dificuldade ou deixava cair um objeto no chão, ele levantava e ia ajudar.

Observou-se pelos caracteres descritos no quadro, que a escola utiliza o método silábico na alfabetização.

Na semana seguinte, em conformidade com as novas orientações recebidas na Faculdade Católica de Anápolis, o grupo retornou à escola com a finalidade de iniciar a análise dos planos de aula e sua execução, sendo recebido novamente pela coordenadora. Ela designou o grupo a acompanhar uma professora do 4º ano a fim de observar seu plano de aula escrito e a cumprimento dele durante o dia.

Na sala de aula, notou-se que era uma sala composta por vinte crianças, sendo quinze meninos e cinco meninas. A regente colocou o grupo em fileiras diferentes e partiu para a apresentação aos alunos da classe. Posteriormente, ela começou a compartilhar de forma oral algumas de suas opiniões pessoais a respeito do papel docente naquela instituição e as rotinas pedagógicas do local. Ela disse que na referida instituição professor era também coreógrafo, pai e mãe e professor de língua estrangeira.

No corredor, o grupo presenciou uma briga com agressões físicas entre dois alunos da turma e após algum tempo em sala de aula uma pessoa entrou no recinto e retirou uma das crianças envolvidas da confusão, dizendo que ele não voltaria mais à aula naquele dia.

Os docentes entregavam o plano semanalmente para a coordenadora nas sextas-feiras e toda semana os alunos eram submetidos a testes. O diário de sala também deveria ser mantido atualizado semanalmente no sistema on-line utilizado pela instituição. A professora ressaltou que caso isso não ocorresse, acontecia uma “chamada de atenção” pública, no grupo de *whatsapp* dos colaboradores da escola.

No papel, o plano de aula estava bem esquematizado e as semanas letivas seriam trabalhadas de acordo com uma temática central, neste caso, a semana do inverno. Contudo, durante todo o período em sala não se observou a execução de nenhuma atividade como estava descrito no plano. As mesmas, para serem

executadas, de acordo com descrição no plano, envolviam muita elaboração de texto e memorização, e pouquíssimos recursos lúdicos, senso crítico e criatividade.

Sempre que descrevia os alunos, na frente da turma, a professora utilizava termos de depreciação.

Ela disse ainda que trabalhava em outra escola e estabeleceu comparação entre as duas instituições empregadoras. Disse que ganhava mais na outra escola e que lá era mais rígido. Também disse que no outro local as crianças tinham medo de fazer prova, o que era muito bom porque demonstrava respeito à professora e à escola.

Na escola campo de estágio, a professora disse que não podia falar com os pais porque o que eles queriam era deixar as crianças na escola e não ter problemas. Ela passava um relatório bimestral para os responsáveis dos alunos com maior dificuldade, destacando os pontos negativos de cada um.

Ao aproximar da hora de partida, a professora disse que a pedagogia iria parar de existir porque os pedagogos não eram capacitados intelectualmente e as escolas estavam optando por contratar pessoas com formação em outras licenciaturas. Também quis saber sobre a vida pessoal, local de trabalho e salário das componentes do grupo.

4.3.2 Relatório da observação da instituição no turno vespertino

O Jardim I era uma sala muito bem organizada e ampla, as paredes tinham muitos murais e eram bem coloridas. Percebia-se que os alunos ficavam à vontade. Havia quinze alunos, sendo um pertencente ao Transtorno do Espectro Autista. Esta criança não participava muito, porém era afetiva e gostava da professora, que tinha um bom relacionamento e uma boa comunicação com ela.

Foi percebido que ela estava um pouco fora da rotina, mas logo a professora a colocou na roda de conversa e de histórias, e as crianças respondiam todas as perguntas da professora com esperteza.

A roda de conversa foi desenvolvida de forma lúdica e todas as crianças tiveram voz. Não havia professora de apoio para a criança especial, como está proposto no regimento da escola.

A sala do 2º ano era ampla e iluminada, nas paredes estavam atividades feitas em projetos. Foi observado que a professora estava muito atarefada com as agendas e recados e não estava auxiliando os alunos na atividade do livro que eles estavam realizando. Ela relatou que não tinha muito tempo, e que havia muitos recados para colocar na agenda, por isso deixava os alunos responderem atividades enquanto fazia outras coisas.

Também disse que estava cansada e que dobrava o turno, por isso estava doente. Os alunos estavam muito ociosos e não estavam interessados na atividade proposta. A professora não tinha o controle da sala.

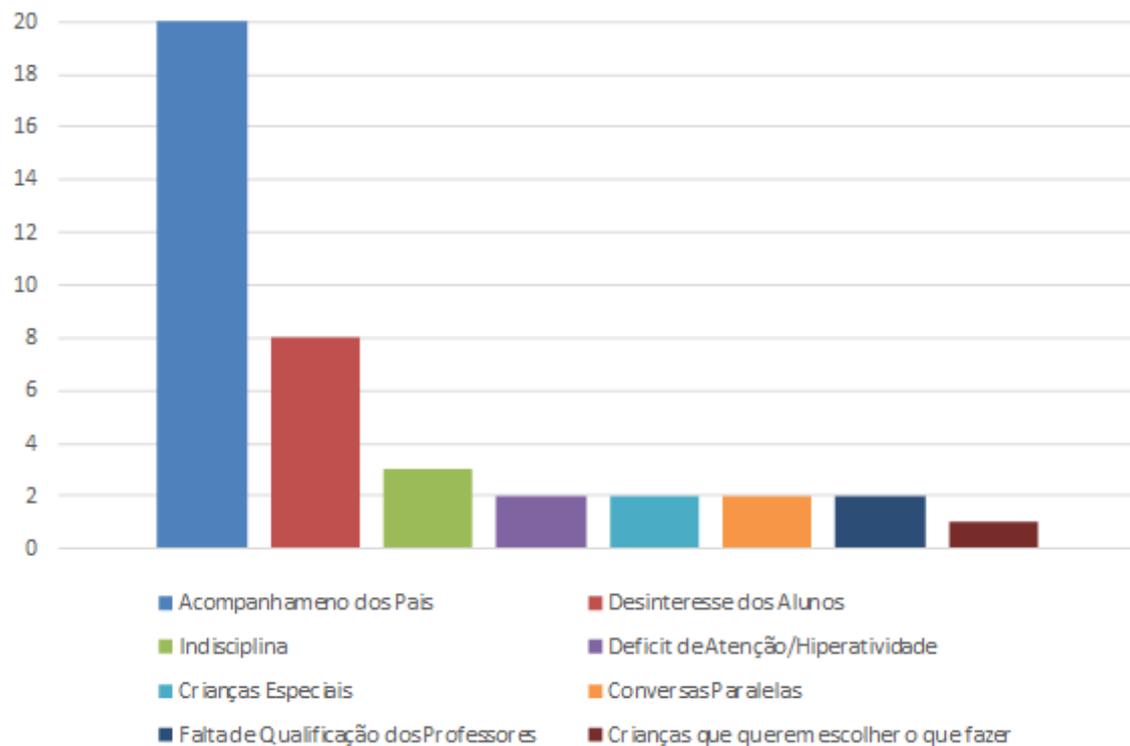
O 4º ano era uma turma tranquila e atenciosa, eram interessados e a professora tinha controle sobre a turma.

No momento da observação, a professora estava corrigindo as atividades atenciosamente com cada aluno, auxiliando e promovendo uma aprendizagem significativa.

Porém, percebeu-se que havia muita atividade e não havia um contexto, o conteúdo era muito amplo e havia muitas atividades para corrigir. Os alunos foram cansando aos poucos e se dispersando, e logo após a professora também comentou sobre o cansaço. Percebeu-se que alguns alunos tinham muitas dificuldades em gramática e não acompanhavam a aula com facilidade.

4.4 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E ANÁLISE DA QUEIXA: O DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Gráfico 1 – Queixas X Corpo Escolar



Fonte: Autoras

Para compreender qual a queixa da escola quanto à aprendizagem dos alunos, foi realizada uma pesquisa de opinião com os professores e a coordenadora. Participaram vinte e oito pessoas, sendo elas uma da equipe gestora, e vinte e sete professores da educação infantil, ensino fundamental I e II, dos dois turnos, matutino e vespertino.

Fez-se necessário essa pesquisa para diagnosticar as principais queixas, levantando hipóteses e possíveis intervenções.

Os professores foram abordados em suas próprias salas de aula, individualmente, sendo eles mesmos responsáveis por escrever no papel as principais queixas. A pergunta foi impressa em papel A4 em oito partes, sendo

entregue uma para cada docente, com a seguinte pergunta: “Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.

Como pode ser visualizado no gráfico acima, a maioria dos docentes apontou como o principal problema interferente na aprendizagem dos alunos da escola a falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos. Segundo uma professora o conteúdo apresentado em sala deveria ser reforçada através das atividades para casa, porém os pais não acompanhavam essas tarefas e nem as dificuldades apresentadas pelos filhos, deixando a aprendizagem deles a cargo da escola.

A falta de apoio da família, segundo outra professora, acarretava desinteresse e desmotivação pelos estudos, bem como, a indisciplina e as conversas paralelas, duas outras queixas apresentadas por outras docentes como problema para a aprendizagem.

Outra queixa apresentada foi a presença de crianças com necessidades especiais na unidade escolar. Uma professora citou que achava difícil ter em sua sala crianças especiais. Outra citou a necessidade de aperfeiçoamento e capacitação dos professores para atender essas crianças. A mesma relatou que tem estudado e buscado mais conhecimento na área, para tanto, ela conta com o apoio da equipe escolar, que lhe fornece recursos pedagógicos e materiais para confecção de brinquedos e jogos diferenciados que favorecem a aprendizagem, bem como o apoio psicopedagógico externo recebido dos terapeutas das crianças diagnosticadas.

Duas professoras caracterizaram como principal problema de aprendizagem a falta de qualificação dos professores. Uma delas ressaltou a falta de adequação das propostas de ensino e a falta de formação dos docentes. A outra destacou a falta de qualificação dos profissionais de educação da unidade.

As demais queixas foram: crianças que querem escolher o que fazer, frequência dos alunos, salas superlotadas e dificuldade de interpretação.

5 INFORME PSICOPEDAGÓGICO

Durante o desenvolvimento deste diagnóstico, apoiado pela teoria da psicopedagogia Institucional e pelo levantamento de dados possibilitado pelas observações de campo, conversas informais, análise documental e aplicação de questionário para obtenção de queixa, foi percebido que o corpo escolar em questão correlacionava a dificuldade de aprendizagem dos estudantes com a falta de participação das famílias com os acontecimentos escolares e acompanhamento do desempenho dos alunos.

De fato, a ausência dos familiares da comunidade escolar causa impacto significativo nas dificuldades de aprendizagem, e gera entraves secundários, também detectados nos questionários aplicados, como a indisciplina.

Contudo, a observação imparcial também permitiu diagnosticar que a maneira como a escola se organiza e o trabalho afetivo e pedagógico acontecia não contribuía para uma melhoria neste quadro, mas para uma perpetuação do ciclo.

Desta forma, foram elaboradas as propostas de intervenção delineadas no item 6 deste trabalho para a referida instituição, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade educacional ofertada na instituição, levando em conta os diversos fatores sociais, culturais, administrativos, orgânicos, pessoais e pedagógicos, fundamentais para a aprendizagem dos sujeitos, na tentativa de aproximar as famílias das escolas e romper com a *dispedagogia* escolar como promotora das dificuldades de aprendizagem.

6 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Na referida escola, os principais fatores apresentados pelos professores como *dificultadores* da aprendizagem dos alunos foram: (a) a falta de acompanhamento familiar; (b) a indisciplina, o desinteresse dos alunos, conversas paralelas e alunos que querem escolher o que fazer X a falta de qualificação dos professores; e (c) o acolhimento de crianças especiais ou com déficit de Atenção e/ou Hiperatividade. Para cada dificuldade, foram elaboradas sugestões de intervenções *psicopedagógicas* conforme descrito abaixo.

6.1 FALTA DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Para atrair as famílias para participação da comunidade escolar e acompanhamento do desempenho educacional dos estudantes, sugere-se convidar os responsáveis para iniciativas relevantes e significativas.

Recomenda-se enviar uma enquete nas agendas dos estudantes perguntando às famílias sobre o que elas gostariam de aprender, levantando os temas de interesse que não precisam estar relacionados ao ambiente escolar necessariamente. Após esta detecção, a escola levantará um profissional que poderá oferecer um workshop ou palestra sobre o assunto e convidará os pais para o evento que deverá ser realizado dentro de instituição, em horários alternativos como o período noturno ou aos sábados.

Da mesma forma, a realização de mutirões ou convite aos pais para trabalhos voluntários na escola contribuirá para aproximar as famílias da escola. Por exemplo, no final do ano, quando a escola for passar por alguma reforma ou restauração, podem-se convidar os pais para ajudarem na execução da tarefa, envolvendo os efetivamente dos mais diversos detalhes da instituição.

Também é possível criar iniciativas que tragam os pais para conviver com as crianças no dia-a-dia das salas de aula, convidando-os para participar da rotina de modo a valorizar seus talentos, como tocar violão na rodinha e ensinar canções, trazer as avós para compartilhar receitas ou habilidades artísticas, ou falar um pouco sobre sua profissão.

Apesar dos relatos do corpo administrativo afirmando que a gestão se realizava de forma democrática, notou-se nas observações que, na realidade, as decisões e a construção pedagógica eram feitas de maneira centralizadora e autoritária, sem ouvir o que os envolvidos na comunidade escolar pensavam sobre os assuntos, incluindo a família.

Sabe-se que, na nova configuração social, as famílias sofrem com a falta de tempo livre para comparecer à escola, tendo que dedicar a maioria de suas vidas ao trabalho, entretanto, isto não a isenta de ser papel fundamental na educação das crianças.

Desta forma, ouvi-las é fundamental e este recolher de opiniões pode se dar por meio de questionários simples e frequentes nas agendas dos alunos, sobre os mais diversos temas, como por exemplo, sugestão de cardápio para a cantina ou a cor das paredes da nova sala de dança. Assim, as famílias se sentem parte importante da construção da tomada de decisões da escola, sendo incluídas no processo de ensino e aprendizagem.

Outro agravante que pode estar contribuindo para o afastamento dos pais e responsáveis da instituição é a entrega de pareceres e boletins. Este grupo teve acesso aos pareceres descritivos que seriam repassados aos pais e notou-se que nos documentos somente os pontos negativos de cada criança eram destacados. Desta forma, as famílias que vão à escola e só ouvem aspectos ruins sobre seus filhos acabam se afastando.

Propõe-se ressaltar os pontos positivos das crianças e elogiá-los aos pais, para que estas reuniões sejam momentos prazerosos. Nestes eventos, também se pode realizar momentos descontraídos em conjunto, como a realização de dinâmicas de grupo, oração e lanche comunitário.

Esta iniciativa também impactará positivamente a autoestima das crianças, que anda abalada devido à exposição generalizada e negativa das professoras em relação às suas atitudes.

6.2 A INDISCIPLINA, O DESINTERESSE DOS ALUNOS, CONVERSAS PARALELAS E ALUNOS QUE QUEREM ESCOLHER O QUE FAZER X A FALTA DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES

As queixas acima relatadas eram atribuídas aos comportamentos das crianças. De fato, as crianças do século XXI comportam-se de maneira distinta das crianças do século XX, sendo reflexo da nova organização social, biológica e cultura em que estão inseridos.

Vivenciamos um estado da cultura – com implicações contundentes da mídia e do consumo – que se tem configurado diferentemente daquele da modernidade e produzido sujeitos distintos dos sujeitos modernos. (MAMO, COSTA, 2010)

Sarlo (2000) ressalta que as crianças vivem em “estado de televisão”, um estado que não suporta o silêncio e a imobilidade. A televisão compreende, cada vez mais, imagens em movimento, ritmo acelerado e ausência de silêncio.

Contudo, por meio das observações diversas realizadas na referida instituição, este grupo de trabalho notou uma transferência de responsabilidade para as crianças daquilo que deveria ficar a cargo do corpo escolar, contribuindo assim para que a escola seja uma produtora da *dispedagogia*, agravando as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

As professoras, muitas vezes, não tinham a qualificação ou experiência necessária para assumir uma sala de aula. Muitas delas ainda não concluíram o curso de graduação e poucas tinham alguma especialização.

Observou-se que a rotina da sala de aula organizava-se de forma mecânica e desorganizada, as salas estavam lotadas e havia uma sobrecarga de funções das professoras e da diretora.

Apesar do acesso ao planejamento escrito das aulas, as professoras não executavam o que estava proposto e as atividades aplicadas eram tradicionalistas e repetitivas, sem estimular o senso crítico dos alunos.

Sugere-se que a instituição escolar elabore um plano de carreira para os funcionários, oferecendo benefícios e remuneração proporcional à formação individual, de modo a reconhecer aqueles que buscam aprimorar seus

conhecimentos e motivar esses professores em busca da melhoria de suas práticas pedagógicas.

Sabe-se que liberar os professores para qualificação externa e o custo que isto implica para o docente pode ser um fator que dificulta a busca deste profissional pela constante atualização profissional. Como alternativa, a administração pode contratar cursos para serem realizados na própria escola, em horários alternativos.

Como temas iniciais para qualificação, sugere-se trabalhar com o papel da afetividade na aprendizagem, a gestão democrática e a importância da oferta de aulas interessantes e diversificadas às crianças na motivação e disciplina escolar, e inclusão escolar.

Para reduzir o acúmulo de função dos professores e da própria diretora, recomenda-se a contratação de novos profissionais. Para que haja um equilíbrio destas novas despesas, professores de apoio, uma coordenadora pedagógica e uma psicopedagoga podem ser contratados e seus salários diluídos nas mensalidades dos alunos, o que não geraria um aumento significativo nas despesas das famílias e seria possível compensar os gastos da escola.

Com os professores menos cansados, bem qualificados e remunerados, eles estariam mais motivados a elaborar aulas mais diversificadas e interessantes aos alunos, que envolvessem temas relevantes e estimulassem o senso crítico das crianças.

Conseqüentemente, esta iniciativa também impactaria de maneira extremamente positiva o envolvimento dos estudantes com as aulas, que também estariam motivados a participar de uma aula divertida, diferente e relevante.

Apesar de ser apontado como queixa o fato de “as crianças quererem escolher o que fazer”, esta atitude na verdade é um retrato da educação do século XXI e não deve ser um empecilho da prática docente mais uma característica de sua sala de aula. Crianças que participam da escolha das atividades a serem desenvolvidas na sala de aula e da organização escolar de maneira geral são partes fundamentais da gestão escolar democrática e possibilita o desenvolvimento de futuros cidadãos críticos, participativos, que sabem ouvir o outro e modificar a sociedade em busca de um bem comum.

Sugere-se elaborar situações em que as crianças sejam ouvidas e possam fazer parte das escolhas que compõem a rotina da instituição, como eleição para

representante de sala, escolha dos projetos a serem desenvolvidos e elaboração conjunta das regras das salas.

6.3 O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS ESPECIAIS OU COM DÉFICIT DE ATENÇÃO E/OU HIPERATIVIDADE

No Brasil, a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais aconteceu de forma imposta e relativamente repentina, sem que fosse ofertada às escolas e profissionais envolvidos a formação devida para que esta fosse realizada de forma efetiva.

Todavia, a inclusão é direito assegurada por legislação vigente, como a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009) e deve ser cumprida pelas instituições de ensino de modo a contribuir para uma sociedade mais igualitária.

Novamente, o papel da administração escolar é fundamental neste aspecto. Além de trazer profissionais para escola que auxiliem na formação destes professores para acolhimento efetivo das crianças com necessidades especiais no processo de aprendizagem, a estrutura da escola também deve ser modificada de modo a retratar esta inclusão.

Notou-se que a escola é repleta de escadas e tem ambientes sucateados. Portanto, é necessária a adequação dos ambientes para acolhimento destas crianças, oferecendo acessibilidade por meio de rampas, cadeiras especiais e ambientes alfabetizadores e inclusivos, com o uso de placas orientadoras para estudantes com autismo, por exemplo.

A escola também deve oferecer acompanhamento individualizado para as famílias e as crianças envolvidas, através de um atendimento em horário alternativo com professor especialista em Atendimento Educacional Especializado, e apoio psicopedagógico para os devidos encaminhamentos aos profissionais adequados para assistirem aos casos e orientarem os professores regulares responsáveis sobre as melhores práticas para que estes alunos aprendam de forma significativa e estejam verdadeiramente inseridos nos processos de ensino e aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola atual precisa se *ressignificar* constantemente a fim de promover uma educação significativa. Independente da classe social na qual está inserido, o papel da escola continua sendo o de promover a educação de qualidade para a vida. Mediante a sua função e frente aos desafios imensos que enfrenta, um olhar psicopedagógico pode atuar de maneira imparcial na construção de relações sólidas e claras, objetivando a aprendizagem do aluno.

Contudo, observamos que as dificuldades transitam pela falta de participação da família, e gerar empatia de ambas as partes, escola e família, requer um olhar atento às necessidades do aluno e comprometimento.

O professor precisa sentir que seu trabalho é valorizado e reconhecido pelos pais, que tem a oportunidade de se comunicar com a escola quando algo não vai bem e tem a responsabilidade de ouvir quando a escola precisa de sua atuação de maneira efetiva.

O professor motivado e reconhecido pelo seu trabalho se torna participativo e melhora sua prática. Interessa-se e se preocupa com o processo de aprendizagem dos seus alunos, porque vê apoio em todos os âmbitos da comunidade escolar, buscando qualificação profissional.

Um grupo gestor com funções bem definidas que conta com uma equipe de apoio pedagógico e técnico faz toda diferença para promover um avanço significativo nas relações da escola e promover um ensino de qualidade.

Por fim, vale salientar que o olhar psicopedagógico busca compreender como essas relações se dão e como elas afetam ou podem vim a afetar o processo de aprendizagem.

O intuito deste trabalho não era o de apontar culpados ou quem estava certo ou errado e sim fazer uma observação criteriosa que evidenciasse situações problemas que atrapalhavam ou dificultavam essa aprendizagem, para, assim, reforçar os pontos positivos e tratar de maneira sistêmica os pontos negativos.

Conclui-se que este trabalho evidenciou de maneira clara todos os pontos que precisavam ser modificados, fortalecidos e corrigidos, de maneira a dar uma prévia do papel do psicopedagogo dentro das instituições de ensino, de modo a contribuir para que a escola se torne de fato um lugar promotor de educação e cidadania.

REFERÊNCIAS

- BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. RS, Artmed, 1994.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.
- CAMPOS, M. C. M. **Atuação em psicopedagogia institucional: brincar, criar e aprender em diferentes idades**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.
- DROUET, R. C. R. **Distúrbios de aprendizagem**, 2ª edição. São Paulo: Ática, 1995.
- ESCOLA SONHO MEU. **Projeto Político Pedagógico**. Anápolis, 2016.
- MOMO, M. e COSTA, M.. **Crianças Escolares do Século XXI: Para se pensar uma infância pós-moderna**. Natal, 2010.
- PORTO, O. **Psicopedagogia institucional – teoria, prática e assessoramento psicopedagógico**. Rio de Janeiro: WAK, 2006.
- SARLO, B. **Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina**. 2. Ed Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 2. ed. Curitiba: UFPR, 1992. v. 2.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE QUEIXA

<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>	<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>
<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>	<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>
<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>	<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>
<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>	<p>“Hoje, qual o principal problema que atrapalha a aprendizagem dos alunos da unidade?”.</p>

ANEXOS

ANEXO A - Observações da instituição analisada

- ✓ É importante nesse momento olhar além das paredes, ouvir o inaudível, perceber nas cenas da escola as reações e comportamentos dos personagens da escola.
- ✓ Observar, observar, observar..... ouvir, ver e sentir. Calar-se.
- ✓ Anotar absolutamente tudo!!! Essas anotações lhe serão úteis num próximo momento da avaliação.
- ✓ Qual a primeira impressão sentida ao chegar na escola?
- ✓ Qual o clima que a escola tem? É saudável ou opressor?
- ✓ Os personagens da comunidade escolar estão “felizes ” ou se sentem “acuados”?
- ✓ Como se dá a rotina na escola?
- ✓ Como a afetividade é percebida na instituição?
- ✓ O que mais te chamou a atenção?
- ✓ Quais posturas você acha que devem ser reproduzidas por outras escolas e quais você acha que devem ser repensadas?
- ✓ Como se dão as relações de autoridade? São relações de autoridade ou de autoritarismo?

ANEXO B – ANÁLISE DO PPP E DO REGIMENTO ESCOLAR

- 01) Como e por quem é feito o momento de estudo e reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), dentro da Unidade Escolar?

- 02) Após o estudo e reelaboração do PPP dentro da Unidade Escolar, por quem e como se dá o processo de avaliação da execução do mesmo no decorrer do ano letivo, ou seja, como é acompanhado o desenvolvimento das ações que estão inseridas neste documento?

- 03) Quais são os direcionamentos mais importantes voltados para a Educação Infantil, Ensino Fundamental I (1ª ao 5º ano) fundamental II, ensino médio pautados no PPP da Escola?

- 04) E a Inclusão?

- 05) Quais são os principais projetos educativos que a Escola elencou para ser desenvolvido no PPP? Qual a contribuição desses projetos na formação do sujeito autônomo e crítico?

- 06) A Instituição “Escola”, visualiza o PPP como um documento normativo, participativo e democrático que contribui para o avanço das práticas educacionais no ambiente escolar? Como isso é efetivamente observado na prática. Exemplifique.

ANEXO C - FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição:

Endereço:

Telefone:

Email:

Gestor:

Responsável pelo acompanhamento do estágio em campo:

Responsável pela supervisão: Prof^a Esp: Carla Emanuelle Souza da Rocha.

Deve conter os seguintes itens:

- Breve histórico da instituição analisada. Fazer com base nas informações do PPP.
- A escola é uma instituição da rede: pública, privada, conveniada, confessional ou outros?
- Atende a uma demanda de quantos alunos? Turnos? Nível? Objetivo da instituição? Tem missão? Tem visão?
- Quais pessoas compõe o grupo gestor? Como se dá a escolha desses cargos? Especificar cargos.
- Quadro administrativo inclui quais funcionários? E os funcionários do pedagógico?
- Como se dá o processo de ingresso dos professores e funcionários da escola?
- O corpo docente é formado de quantos profissionais e de que áreas? Em quais níveis de formação?
- Como se dá o processo de formação continuada na instituição?
- A área física da escola é composta por quais espaços? Departamentos: administrativo, financeiro e pedagógico?
- Como é a conservação e higiene? Como se dá a alimentação dos alunos?
- Como é direcionada a arrecadação financeira da e na escola?
- Quais as ações que a escola promove para envolver a comunidade escolar?
- Como é a gestão? Democrática? Baseada na Lei 7040/98 em que todas as ações da escola são construídas democraticamente, com o envolvimento de todos

os segmentos da escola: direção, professores, funcionários, alunos e pais. Ou verticalizada? A proposta de gestão é real ou ideal?

- Qual é a proposta pedagógica e de formação dos alunos? Quais os projetos desenvolvidos pela escola?
- Como funciona a avaliação, a recuperação dos alunos e o conselho de classe?
- Qual é a proposta de educação inclusiva na escola?
- Como é a participação da família na escola? Quais ações a escola faz para estabelecer um vínculo mais estreito com as famílias?

COMPLETE COM OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAR IMPORTANTE PARA A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA ESCOLA EM ANÁLISE.

